

REVOLTA E RESIGNAÇÃO NA FICÇÃO DE DOIS ESCRITORES CLARIDOSOS:
BAITASAR LOPES E MANUEL LOPES

A principal dificuldade que apresenta o estudo dum tema como o que escolhemos reside na avaliação da margem de liberdade relativa de que dispunham os autores perante a censura da ditadura colonial. Os escritores tinham evidentemente consciência dos limites das suas possibilidades (ou das suas impossibilidades). Manuel Lopes contou-nos, por exemplo, que, nos anos 40, em São Vicente, havia palavras perigosas, como povo ou fome. Em vez de fome, dizia-se inanição e, assim, a censura podia deixar passar. A consciência deste obstáculo influenciou forçosamente no conteúdo das obras ou, antes, na apresentação dos conteúdos.

Claro está, o crítico de hoje deve ter em conta este peso do passado, o peso dum certo contexto político, e, por conseguinte, deve destacar aspectos discretos mas significativos, pormenores aparentemente casuais ou estruturas reveladoras. Esta atitude é absolutamente necessária, sobretudo para analisar um tema tão melindroso como o da revolta num contexto colonial. Sem tal precaução, corre-se o risco de chegar a posições paradoxais.

Os três primeiros números de Claridade oferecem vários elementos úteis para a apresentação do tema. A atitude do caboverdiano perante as frequentes situações de crise é analisada através de manifestações que vão da passividade ou apatia (recusadas por Manuel Lopes nas suas "Tomadas de vista") até à capacidade de luta - uma capacidade que o mesmo escritor põe em relevo, sublinhando a "heroicidade apagada e humilde" do filho das ilhas no seu combate contra uma natureza "rebelde e diabólica". Nesta perspectiva, a emigração não pode ser considerada como uma fuga, como uma manifestação de apatia: é mais uma prova de dinamismo, representa a mesma vontade de combater, lá onde a luta se apresenta "num aspecto mais humano e compensador". Manuel Lopes não usa a palavra revolta mas recorre, sim, frequentemente, ao termo luta.

Ainda a propósito da emigração, é interessante ver como, na "Tomada de vista" do número I de Claridade, o escritor explica a obsessão da partida que sente o caboverdiano:

"Tendo chegado a um estado de pleno desenvolvimento espiritual, a condição de colónia, que é a da sua terra, cria nele uma convicção segundo a qual a sua acção é limitada e restringida."

E, mais longe: "Essa convicção (...) cala na garganta do caboverdiano

o grito de possibilidades."

Trata-se evidentemente duma afirmação que pode surpreender, no contexto de 1936. Sem chegar a dizer que temos aqui uma reivindicação indirecta de autonomia - não iremos tão longe porque não encontramos outros elementos tão nítidos que confirmassem esta hipótese -, vemos claramente que o autor tinha consciência do estorvo que representava a condição de colónia.

Quanto a Baltasar Lopes, os três primeiros números da revista apresentam muito menos informações sobre a sua visão do carácter caboverdiano. No entanto, as "Notas para o estudo da linguagem das ilhas" abrem horizontes interessantes na medida em que, na enumeração das condições necessárias para que o crioulo possa ser definido como uma língua e não como um dialecto, a hipótese dum outro estatuto político para o arquipélago chega a ser considerada. As expressões "isolamento político" e "independência política", se não tivessem sido apresentadas numa perspectiva assim tão virtual, com certeza teriam provocado a reacção da censura.

Entre as outras condições da enumeração, assinalaremos também o "uso literário generalizado" do crioulo. Ora, para chegar a um grau de generalização, é evidentemente preciso começar ou, mais exactamente, é preciso reforçar as primeiras experiências, isto é, escrever, publicar textos - e é justamente o que faz a Claridade, no caminho aberto por Eugénio Tavares ou Pedro Cardoso, principalmente, consagrando a primeira página dos dois primeiros números a poesias em crioulo.

Não nos parece descabido pensar que esta actividade em favor da "linguagem das ilhas" tornava menos virtual a perspectiva de independência política considerada no artigo acima referido.

Notemos também que o primeiro número da Claridade apresenta um texto de Baltasar Lopes - "excerto do romance inédito Chiquinho" - escrito numa linguagem inovadora, em que a influência do crioulo é manifesta. Aqui, o escritor apropria-se da língua portuguesa, nacionalizando-a - de certo modo -, voltando as costas, em todo o caso, à norma de Coimbra.

Portanto, reencontramos em Baltasar Lopes, no plano linguístico, a mesma afirmação dos valores do arquipélago que notámos, no plano psicológico, nas "Tomadas de vista" de Manuel Lopes.

Vamos tentar observar agora em que medida esta atitude de demarcação ao nível cultural e, também, muito discretamente, ao nível político, consegue reflectir-se na obra de ficção dos dois escritores.

..

O primeiro elemento que destacaremos e que nos parece condicionar em grande parte o resto das observações é a consciência do mau funcionamento, do desequilíbrio da sociedade. Esta consciência pode ser expressa por um

personagem, como em Chiquinho: "Pobre é escarrador de todo o mundo..." (1), "Por que será que uns comem e outros levam pescoçoçadas?" (2). Na obra de Manuel Lopes, aparecem reflexões similares, como: "neste mundo uns têm de mais e outros não têm nada" (3), "O Mundo era triste e duro, afinal. (...) Estamos armados uns contra os outros." (4) ou, ainda: "no mundo não há justiça. Quanto a chuvas, como também quanto a muita coisa, o mundo está mal dividido." (5) Ressalta destes exemplos a repetição da palavra mundo. É como se os personagens quisessem generalizar, deste modo, a visão crítica que têm da sua vivência circunscrita.

A consciência do desequilíbrio social pode também ser expressa pelo narrador porta-voz do autor. É o que acontece frequentemente na obra de Manuel Lopes, que denuncia, assim, o sistema do contrabando, que só aproveita à "gente de dinheiro": "Contrabando só é ruim no povo, no desgraçado que nada tem. Quem possui as algibeiras bem forradas desliza como salmone. (6); o autor denuncia da mesma maneira a "meia dúzia de comerciantes ricos que querem tomar conta de tudo o que é de cada um e não têm penas de ninguém" (7) e que, às vezes, porque têm os armazens abarrotados de milho, se regozijam quando a seca se prolonga - como o comerciante Artur, de Chuva braba. Manuel Lopes ataca-se também aos usurários - através de nhô João Joana (igualmente em Chuva braba) - ou, ainda, aos proprietários absenteístas, como nhô Martins, o funcionário da Alfândega da Praia:

"De raro em raro aparecia por cá com ares de empreendedor, os polegares enfiados nos suspensórios, dando ordens, fazendo projectos, riscando planos de trabalho futuro; ao fim e ao cabo regressava ao emprego, deixando tudo como encontrava." (8)

Quanto a Baltasar Lopes, a crítica que faz processa-se de uma forma menos directa. A maior parte das vezes, a simples descrição das situações é suficiente para que o leitor tire as conclusões que se impõem. Estamos a pensar, por exemplo, no efeito de contraste que produz a simples justaposição de dois quadros - como o da extrema pobreza do jovem Parafuso ou do carvoeiro João Col que se contrapõe ao desfile do carnaval ou às festividades organizadas em honra do governador. Pensamos também na maneira como, nos contos "D. Mana" ou "A caderneta", nos é apresentado - pouco a pouco, através do discurso sinuoso dum personagem - um mundo de privações e de sofrimento moral, de mulheres abandonadas, de pequena prostituição, de orfanças batidas quando reclamam comida... O quadro de miséria que serve de tela de fundo ao conto torna-se cada vez mais presente e, finalmente, termina absorvendo as personagens.

O desequilíbrio social que acabamos de observar tem que ser considerado, evidentemente, no contexto da crise económica do porto de São Vicente e, sobretudo, no contexto das precárias condições climatéricas que afectam o arquipélago. Apesar deste contexto desfavorável, os camponeses agarram-se teimosamente à esperança de "boas" colheitas - uma teimosia que espanta

o jovem Chiquinho: "assim que caíam as chuvas não ficava um palmo de terra por semear. Eu não compreendia aquela resistência ao desânimo" (9); "Resistência moral. Que outro nome podia ter a fé da minha gente semeando, ressemeando sempre?" (10)

Manuel Lopes evoca também, em O galo que cantou na bafiz, esta resistência quando se refere aos "sucessivos capítulos do martirologio deste povo que, com um heroísmo sem história, teima em lutar até o fim; um heroísmo que só aqueles que o testemunharam e sofreram poderão avaliar..." (11) Reencontramos aqui o mesmo espírito, quase as mesmas expressões, que observamos nas "Tomadas de vista" do número 3 de Claridade. Mané Quim, de Chuva braba, e, sobretudo, José da Cruz, de Os flagelados do vento leste, são a encarnação dessa determinação de lutar contra o desânimo: "Os desígnios de Deus eram superiores à vontade dos homens, mas o dever do homem era lutar mesmo contra esses desígnios." (12)

No entanto, apesar do enraizamento dos camponeses, quando a fome se instala, no contexto social a que já nos referimos, a resistência já não parece possível. Os personagens adoptam, então, uma atitude que varia da resignação à revolta. São estes dois tipos de reacção que vamos analisar agora.

Uma noção, a de destino, permitir-nos-á caracterizar a filosofia dos comportamentos.

À primeira vista, o destino é dominador. O indivíduo resigna-se a esta sujeição: é a única maneira que tem ao seu alcance para "explicar" a miséria em que vive. "É destino que a gente traz da barriga da mãe" diz, por exemplo, nhô Chic'Ana, em Chiquinho (13). A resignação é cega: "Para que havia eu de me insurgir contra os governos do destino?" - pergunta a Mamãe Velha - "acima da cabeça da criatura tem um governo que nós não podemos entender direito." (14) Em Os flagelados do vento leste, Manuel Lopes retoma, em discurso indirecto livre, esta mesma visão alienatória:

"Não havia neles nenhum sentimento de revolta, porque ninguém se revoltava contra o Destino; o Destino é um enviado de Deus, e, nessa qualidade, representava Deus nas decisões que tomava, nos caminhos que traçava para os homens. E os homens não tinham culpa das determinações que vinham de cima." (15)

Muitas vezes, porém, esta dependência é posta em causa.

Nos romances de Manuel Lopes, há como que uma adaptação do conceito de destino às exigências do indivíduo. A iniciativa, o comportamento dum personagem, podem inflectir as forças que o impelem. Observemos o raciocínio de Mané Quim, em Chuva braba, quando pensa na sua partida para o Brasil:

"se eu cavar na rocha e não desencantar água no Ribeirãozinho, é meu destino. Mas não é meu destino ir pra longe enquanto não tiver a certeza de que não vem mais água nem de riba nem de baixo." (16)

O poder do destino é limitado pelas estruturas "se eu cavar..." e "enquanto não tiver a certeza..." que marcam a parte de liberdade do indivíduo.

Da mesma maneira, nas primeiras páginas de Os flagelados do vento leste, se os camponeses conseguem afirmar-se, é graças ao seu esforço, à sua resistência: "Era na carestia que o Destino mostrava a força de ânimo e a conduta moral que os guiava." (17) E, na parte final, Leandro, que tem consciência de ter escolhido o seu caminho - isto é: a sua condição de mascarado -, revela a mesma característica: "Destino feio, mas destino de quem quer salvar a pele". (18) Aqui, o verbo querer representa claramente o poder de decisão que o personagem se atribui.

Em Chiquinho, a dependência em relação ao destino chega a ser totalmente negada. Assim, a um velho que diz: "Trazemos o nosso destino desde que abrimos os olhos ao sol", Chico Zepa, o jovem revoltado, responde:

"Não acredito. Nós é que fazemos o nosso destino consoante o que pensamos na nossa cabeça..." (19)

E acrescenta:

"Se for preciso, brigarei com o destino..." (20)

Temos aqui, certamente, um dos momentos mais fortes do livro, em que o indivíduo afirma melhor a sua capacidade (ainda teórica, nos anos 30-40) de construir o seu futuro.

Assim, insensivelmente, do destino dominador ao destino dominado, passámos da resignação à revolta. Antes de analisarmos mais precisamente as novas perspectivas a que fomos conduzidos, parece-nos útil determo-nos nalguns elementos que poderíamos chamar de descompressão: são válvulas de escape que permitem aguentar - pelo menos momentaneamente - o caos económico-social. Estamos a pensar, por exemplo, nos trabalhos de Estado destinados a socorrer os flagelados e evocados, justamente, em Os flagelados do vento leste. Mas os homens e as mulheres, depois de se terem deslocado de todos os cantos da ilha, têm que esperar o seu turno - quando ainda resistem à fome - para poder trabalhar e ser "pagos" em géneros. Discretamente, Manuel Lopes mostra o limite e a inconsequência deste tipo de medidas, opondo as obras de construção duma estrada - um projecto que só existe em função das crises - ao trabalho humilde e tenaz do camponês que sonha com ter "um pouco de cimento" para poder recuperar a água duma nascente... (21)

A emigração é, evidentemente, o mais directo elemento de descompressão. Em realidade, Chiquinho é o único personagem que, continuando uma espécie de tradição familiar, acaba por embarcar. Os personagens de Manuel Lopes - Rui, de "O Jamaica zarpou", e, sobretudo, Mané Quim, de Chuva braba -

conseguem, finalmente, resistir às pressões do pai ou do padrinho que os encorajam a partir. Quanto a José da Cruz, de Os flagelados do vento leste, - um romance em que não há nenhum projecto de emigração -, as suas concepções a este respeito são das mais rígidas:

"O posto de cada um era lá onde assentara os frechais do seu tecto e armara as três pedras do fogareiro, e cozinhava a cachupa do dia-a-dia. Soltar os pés por esse mundo de Cristo, à toa, era perder a raiz e a maroa do seu destino." (22)

Será que devemos, por isso, considerar a obra de Baltasar Lopes menos "fincada" nas realidades de Cabo Verde? Pensamos que não. Chiquinho, antes de partir, tentou agarrar-se às suas ilhas, em vão. A educação que recebeu assim como os contactos que estabeleceu em São Vicente ajudaram-no a compreender os problemas estruturais do arquipélago, mas, ao mesmo tempo, deram-lhe consciência da impossibilidade de realizar in loco as suas virtualidades. Por outro lado, para o seu amigo, o sr. Euclides, adepto do Racionalismo Cristão, partir é, de certo modo, uma maneira de se voltar para as ilhas:

"As ilhas eram a nossa base para partirmos.

- Para onde, velho?

- Para Cabo Verde...

- Estamos em Cabo Verde...

- Não estamos tal... As ilhas vivem é na alma de cada um de nós. Estes bocados de terra só servem para amesquinhar o nosso espírito." (23)

Nada impede imaginar, no fim - aberto - de Chiquinho, que, um dia, o espírito e a terra se juntem de novo, numa perspectiva diferente.

Outro elemento de descompressão, apesar de apresentar, às vezes, nos contos de Manuel Lopes, um carácter simplesmente folclórico: certas crenças populares, ilustradas pelo fetal, o luminar ou o Lunário perpétuo, que permitem precaver-se contra as incertezas do futuro...

A crença religiosa tem um papel similar e, evidentemente, a afirmação do poder de Deus remete-nos para a concepção do destino dominador que já tivemos a ocasião de analisar. Os exemplos não faltam, tanto em Chiquinho - "Quando Nossenhlor quer, dá milho de-riba de pedra..." (24) - como na obra de Manuel Lopes - "Abastança é vontade de Deus..." (25), etc. No entanto, num conto de Baltasar Lopes, "Os trabalhos e os dias", é interessante ver como os homens que tinham vindo participar numa móia opõem as prerrogativas de Deus às leis da Autoridade, representada por um guarda:

"Então, vossemecê nunca ouviu que móia é do povo?

- São ordens, velhote. Móia é coisa antiga, já acabou...

- Não acabou nada. Para acabar era preciso que também tivesse acabado Nosso Senhor Jesus Cristo, que deixou esta esmola ao povo." (26)

Finalmente, protegidos pela vontade divina "que manda acima de todos os mandões do planeta Terra", os homens impõem-se frente ao guarda: "- Tire a mão dessa arma do Diabo, desgraçado. Vossemecê nada pode fazer contra a

stiga de Nosso Senhor Jesus Cristo."

O afrontamento é evitado por um triz. Da mesma maneira que o destino lia ter dois valores opostos - na boca de José da Cruz ou na boca de Ico Zepa -, o poder de Deus, aqui, com Baltasar Lopes, torna-se um gumento de contestação, quase de revolta.

Resta-nos agora considerar a situação que se produz quando as ferentes válvulas de escape que acabamos de examinar deixam de funcionar uma situação em que a tensão aumenta, evidentemente, e desemboca portanto revolta. É o que acontece quase no fim de Chiquinho, com o levante de João. Não há trabalhos de Estado para os camponeses do romance de Baltasar Lopes, e a pobreza é tal que torna a emigração impossível:

"O mar era uma abertura que os enxadeiros tinham para o mundo. Mas não saíam. Por isso sofriam mais. A enxada não permitia que eles fossem espreitar o mundo direito." (27)

Vários sinais, por outra parte, indicam que os enxadeiros começam a ser em dúvida o poder da justiça divina: "Não sei para que Deus fez a pobreza..." (28), "Deus, quase, já se esqueceu de nós" (29) ou, ainda: "se fé em Deus não nos der chuva?" (30)

Nestas condições, o respeito pela propriedade - uma noção que tinha existido até então às investidas da crise (31) - começa também a desaparecer: "Falta é que está obrigando..." (32) clama uma mulher, irmã dum rapaz apanhado a roubar numa loja - uma explicação que faz lembrar as justificações de Leandro, o mascarado de Os flagelados do vento leste: "era a minha falta. Cada qual pra não morrer tira aos outros. Porque neste mundo uns têm de mais e outros não têm nada. Era a minha falta." (33)

A crise, por conseguinte, é ao mesmo tempo económica e moral. Uma farsca - as pranchadas da polícia num "ladrão" de farinha - provoca o levante, na Vila da Ribeira Brava. Em realidade, o movimento arranca de João, na "periferia" - em contacto directo, portanto, com o "campo" - descendo, dirige-se para o "centro" da vila: "Gente, vamos para baixo lutar fome pelas ruas!" (34) A intervenção do administrador, "empunhando a bandeira-de-fogo", interrompe o desfile. Estamos no momento mais intenso do movimento.

Parece-nos interessante sublinhar o esforço do escritor para dinamizar a cena e, por conseguinte, exprimir da melhor maneira a força do protesto popular. Examinemos, nesta perspectiva, a estrutura da série de substantivos que designam o grupo de camponeses a desfilar. Baltasar Lopes utiliza primeiro a palavra levante que, na abertura do capítulo, tem duas funções: uma, dramática - na medida em que o leitor percebe que a crise atingiu o seu auge -, e outra, simplesmente informativa - anunciando o conflito geral que vai ser desenvolvido. A fase seguinte é a da formação do grupo (gente/povo/ajuntamento) na desordem (vozeria) e no choro (guisa,

repetido quatro vezes). Logo a seguir, e apesar da determinação das mulheres, há um momento de desorganização ("muitos chegam a investir.../outros hesitam...") que põe em relevo a intervenção estruturante de Chico Zepa, reconhecido como líder (todo o mundo). O movimento arranca outra vez, mais unido frente ao administrador (povo, repetido cinco vezes), mas, finalmente, como se estivesse saciado pelo pouco milho de que conseguiu apoderar-se, divide-se e desaparece.

Como explicar o fracasso do levante? O autor não responde a esta pergunta - ou, pelo menos, não responde precisamente. No entanto, a mensagem é clara. Diante do administrador armado, Chico Zepa tinha gritado ao povo:

"Gente, vamos governar a nossa vida, porque ouvidos de filho-de-parida não nos querem ouvir gritando fome!" (35).

Ainda mais que o insulto filho-de-parida dirigido à autoridade, a expressão governar a nossa vida, neste contexto de luta, tem uma nítida conotação subversiva que o povo, talvez porque se sentisse isolado, não quis assumir.

. . .

Isolamento do povo e necessidade de reorganização da sociedade do arquipélago: tais são, justamente, algumas das preocupações dos estudantes de São Vicente que Baltasar Lopes evoca na segunda parte do romance, com um misto de ternura e de ironia. São preocupações generosas, viradas para a sociedade das ilhas e expressas com tantos possessivos (os nossos problemas/a nossa vida/as nossas peculiaridades/o nosso caso...) que a demarcação em relação à metrópole se torna evidente. Portanto, a um nível teórico, as actividades do Grémio Cultural Caboverdiano deveriam coincidir com os interesses do povo - tanto mais que os estudantes decidem relançar os sindicatos operários e agrícolas, na perspectiva de uma Federação de Trabalhadores Caboverdianos. Porém, a realização do programa esbarra numa série de obstáculos que põem em evidência o fosso que separa estudantes e trabalhadores: as tentativas de contactos só se fazem através de intermediários; estes intermediários não podem resistir às pressões do patronato; os operários, enfim, não acreditam no valor de sindicatos tolerados pelo governo: "Não preciso sentar-me na cadeira para eu estar de alma e coração com os meus irmãos..." (36) responde mestre Ambrósio quando o vêm solicitar.

Assim, o fracasso do projecto é geral - "não encontramos um grito que se concertasse com o nosso" (37) - e o levante de São João far-se-á sem a colaboração dos jovens de Mindelo, ignorando-os completamente.

Esta conclusão particularmente negativa tem que ser situada, evidentemente, no contexto do fim dos anos 30-40, quando o povo ainda não tinha

uma percepção política do facto colonial. Aliás, é significativo que, tanto na obra de Manuel Lopes como na de Baltasar Lopes, a metrópole quase não exista - e esta ausência tem um aspecto particularmente dramático nas épocas de crise. Quando se pensa em emigrar, é para os Estados Unidos, para a América do Sul ou, raramente, para a cidade de Daçar. Nunca para Lisboa. Baltasar Lopes, através do discurso dum personagem de Chiquinho, explica esta situação - a ausência da metrópole - pelo pouco interesse económico que representava o arquipélago para Lisboa, particularmente depois da decadência do porto de São Vicente:

"No tempo do Sr. Augusto Ferro não havia jornal, mas esta terra conseguia tudo o que queria. (...) Eles não falavam tanto, davam uma saltada em Lisboa e arranjavam as coisas lá na fonte..."

E Chiquinho completa: "Havia dinheiro então. Hoje ninguém poderia fazer o mesmo." (38)

Eis-nos de volta ao conteúdo dos artigos da Claridade, em que se sublinhava as limitações que o estatuto de colónia impunha ao arquipélago. Aliás, esta ligação pode ser feita também a propósito da tenacidade dos camponeses, da resignação ou da revolta, da emigração... É que os romances e os contos de Manuel Lopes e de Baltasar Lopes devem ser considerados como um prolongamento da primeira fase da revista: um prolongamento que, por sua vez, contribuiu - à sua maneira, isto é: literariamente - para a reflexão ulterior, levada a cabo pela geração de escritores e de políticos dos anos 50-60, uma geração que pôde então proclamar, como o fez Ovídio Martins num poema justamente dedicado a Manuel Lopes:

"E as estiagens já não nos metem medo
porque descobrimos a origem das coisas
(quando pudermos!...)"

Michel Laban
Universidade de Paris III

NOTAS

1. Baltasar LOPES, Chiquinho, Lisboa: Ed. Claridade, 1947, p. 203.
2. Ibid.
3. Manuel LOPES, Os flagelados do vento leste, São Paulo: Editora Ática, 1979, p. 191.
4. Manuel LOPES, O galo que cantou na bafa..., Lisboa: Orion Distribuidora, 1959, p. 42.
5. Manuel LOPES, Chuva braba, Lisboa: Ed. 70, 1982, p. 153.
6. O galo que cantou na bafa, p. 37.
7. Ibid., pp. 56-57.
8. Chuva braba, p. 73.
9. Chiquinho, p. 101.
10. Ibid., p. 126.
11. O galo que cantou na bafa, pp. 211-212.
12. Os flagelados do vento leste, p. 96.
13. Chiquinho, p. 33.
14. Ibid., p. 260.
15. Os flagelados do vento leste, p. 132.
16. Chuva braba, p. 72.
17. Os flagelados do vento leste, p. 14.
18. Ibid., p. 204.
19. Chiquinho, p. 107.
20. Ibid., p. 108.
21. Os flagelados do vento leste, p. 138.
22. Ibid., p. 125.
23. Chiquinho, p. 234.
24. Ibid., p. 107.
25. O galo que cantou na bafa, p. 177.
26. Rafzes, nº 5/6, Praia: Janeiro/Junho 1878, p. 86.
27. Chiquinho, p. 246.
28. Ibid., p. 105.
29. Ibid., p. 107.
30. Ibid.
31. Ibid., p. 265.
32. Ibid., p. 278.
33. Os flagelados do vento leste, p. 191.
34. Chiquinho, p. 280.
35. Ibid., p. 281.
36. Ibid., p. 192.
37. Ibid., p. 207.
38. Ibid., p. 150.